

## Francisco Fausto defende sãºmula vinculante para o TST

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Francisco Fausto, defendeu a urgÃªncia na aprovaã§ãº da Reforma do Judiciãºrio, em tramitaã§ãº no Congresso Nacional, com a criaã§ãº da Escola Nacional da Magistratura do Trabalho e extensãº do mecanismo da sãºmula vinculante inclusive ao TST.

â??Estamos aguardando a aprovaã§ãº de alguns dispositivos que poderiam ser acrescentados Ãª ordem constitucional e que facilitariam em muito o desempenho institucional da Justiã§a do Trabalhoâ?•, disse o ministro.

Pelo texto da Reforma aprovado, na Cãºmara dos Deputados, a sãºmula vinculante seria aplicada apenas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No Senado, a proposta de Reforma ainda aguarda votaã§ãº, pela Comissãº de Constituiã§ãº e Justiã§a, de diversas emendas oferecidas em Plenãºrio, inclusive aquelas que prevãªem a extensãº da sãºmula ao TST e ao Superior Tribunal de Justiã§a.

Se aprovado, o dispositivo da sãºmula permitirãº que decisãºes consolidadas pela jurisprudãªncia do TST sejam aplicadas automaticamente, em processos semelhantes, pelas instãºncias inferiores, evitando-se a subida de grande nãºmero de processos que abarrotam a Ãºltima instãºncia. Jãº a aprovaã§ãº da Escola, no Ãºmbito da Reforma do Judiciãºrio, segundo o presidente do TST, serãº essencial para ampliar a qualificaã§ãº funcional e os conhecimentos jurãºdicos dos que ingressam na magistratura trabalhista.

A expectativa do ministro Francisco Fausto Ã© de que a proposta de emenda constitucional da Reforma do Judiciãºrio seja aprovada pelo Congresso no primeiro semestre de 2003, pelo novo Parlamento que serãº eleito em outubro prãºximo. Ele considera descartada a apreciaã§ãº da Reforma este ano pelo Senado, onde estãº tramitando, por causa das eleiã§ãºes.

O ministro destacou que, alãºm da Escola Nacional da Magistratura e da sãºmula vinculante, serãº de grande importãªncia tambãºm para a Justiã§a do Trabalho a criaã§ãº do Conselho Superior da Magistratura, o Ãºrgãº que se encarregarãº do controle e fiscalizaã§ãº da prestaã§ãº dos serviãºs judiciãºrios em todo o PaÃs.

**Autores:** Redaã§ãº Conjur